

Sarney

Bons frutos da Nova República

Com parecer favorável do consultor-geral da República, o presidente José Sarney indicou o ministro do Interior para ocupar interinamente o cargo de governador do Distrito Federal. A iniciativa está fadada a gerar controvérsia de natureza jurídica, no Senado. A Constituição estipula que a nomeação depende de aprovação da Câmara Alta, apurada em votação secreta; mas não prevê casos de nomeação interina, uma saída política para a emergência criada em Brasília. O coronel José Ornellas, que exercia a função a ser desempenhada agora pelo ministro Ronaldo Costa Couto, ex-secretário do Planejamento do então governador Tancredo Neves, não estava à vontade no Executivo da Capital, depois de 15 de março. De outro lado, a mensagem que levasse ao Senado o nome do ex-deputado Carlos Murilo, candidato da preferência do presidente eleito, impedido por doença de empossar-se na chefia do Estado, poderia não ser aprovada, criando-se então uma crise de conseqüências imprevisíveis, capaz de abalar o prestígio do sr. José Sarney no PMDB.

Parece, portanto, ter sido hábil a solução perfilhada, visto que o ministro do Interior, acumulando a Pasta e o governo de Brasília, agirá sempre como alguém que, nas circunstâncias, teria merecido a atenção do sr. Tancredo Neves, o qual contra ele jamais teria algo a alegar. Assim, nada mais justo que o apóiem todas as lideranças peemedebistas. Assumindo a Presidência da República, o sr. Tancredo Neves encontrará à frente da administração da Capital um ex-colaborador, leal, dedicado e competente: não terá por que se magoar com a nomeação dele. E não é só. O futuro governador informou que recebeu instruções para trazer a público todos os fatos relacionados com o assassinio do jornalista Mario Eugênio, vítima — segundo se crê —

da vindita de agentes da força policial do Distrito Federal; e também para afastar o secretário de Segurança Pública que servia ao governador Ornellas, Lauro Rieth, suspeito de envolvimento naquele crime. Quem pode discordar dessas instruções? Qual o jornalista, recém-diplomado ou veterano, que recusaria sua solidariedade ao gesto de mandar apurar quem matou um companheiro de profissão, depois de ver a negligência com que vinha sendo investigado o assassínio?

O episódio, tanto em seu tom maior quanto nos tons menores, vale para que não se subestime a atuação do vice-presidente, no exercício da Presidência da República. Ele já soube dar, em três semanas, a nítida impressão de que não se encontra por acaso no Palácio do Planalto. Tem agido com moderação e com compostura; nada fez que pudesse desgastar a autoridade que encarna; e combina qualidades que são gratas à opinião pública: simplicidade, amor ao trabalho, capacidade de cumprir compromissos, realçado aí o zelo com que busca comportar-se, imitando aquele que seria o comportamento do presidente eleito. Faz as vezes deste, substituindo-o não só como exige a lei mas como obriga a necessidade de observar princípios morais que pressupõem respeito e apreço. Tanto é assim que recebeu do titular do Executivo eloqüente elogio. No quadro de deterioração do poder existente na gestão anterior, é de crer que não houvesse clima para atitudes como as que dão ensejo a este comentário. O governo fora convertido em algo parecido com ação entre amigos e/ou luta surda entre inimigos — no pior sentido. Estabelecido o vazio decorrente da abulia do governante, a regra era lutar por posições, cobiçar situações; era o entrechoque causado pela rivalidade de pessoas que se detestavam cordialmente; e não raro, infe-

lizmente, era a prática da moral do *venha a nós, enquanto é tempo*.

O comedimento e a seriedade mineiras do sr. Tancredo Neves inspiram, não se pode negar, a administração que deveria estar chefiando, não o prostrasse a doença que o impediu de receber a faixa presidencial. A ausência do presidente eleito do centro do poder inspirou os auxiliares que recrutara para implantar a Nova República. As diretrizes de austeridade e probidade que traxera estão sendo cumpridas. O Brasil nada tem a perder com isso; ao contrário, só há motivo de júbilo para constatar que, apesar de ausente o governante, o governo lhe faz jus.

Quando se cuidou de levar adiante o processo de abertura democrática, generalizou-se entre os moderados esta recomendação: segure um radical. Pois o grande obstáculo à normalização do processo político se concentrava nas atitudes agressivas ou extremadas dos que pretendiam imobilizar o pêndulo do poder ou estimariam vê-lo deslocado para uma distância de 180 graus. Hoje, quando as condições de saúde do presidente eleito inspiram cuidado e a Nação pede a Deus que dê forças para o sr. Tancredo Neves resistir à agressão da infecção que lhe mina as energias, o conselho aos políticos que têm responsabilidade na condução dos negócios do Estado há de ser outro: contenham suas ambições. Pois é da capacidade de previsão e de renúncia, é da abnegação de todos eles que necessita a Nova República, a qual — apesar de tudo — está produzindo bons frutos.

Eis por que é indispensável registrar a conduta correta do sr. José Sarney à frente do governo. Mencioná-la e mostrar que deve ser seguida em toda parte constitui dever da imprensa que se empenha em formar opinião em torno da defesa do interesse nacional.